



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1
2
3
4

1 **244ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo**

2 **Ata da reunião ordinária do pleno do CES/SP de 28/08/2015**

3 Ao vigésimo oitavo dia de agosto de dois mil e quinze foi realizada a ducentésima
4 quadragésima quarta reunião ordinária do Pleno do CES/SP, na sala 600 do Conselho
5 Estadual de Saúde, no 6º andar do prédio da sede da Secretaria Estadual de Saúde,
6 com as seguintes presenças e representações: **I – PODER PÚBLICO: Secretaria de**
7 **Estado da Saúde:** David Everson Uip – Titular; Silvany Lemes Cruvinel Portas – Titular –
8 **Secretários Municipais de Saúde:** Stênio José Correia Miranda – **Universidades do**
9 **Estado de São Paulo:** José Carlos Souza Trindade Filho - **III REPRESENTAÇÃO DOS**
10 **PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na área**
11 **da Saúde** - Mauri Bezerra dos Santos Filho – Titular; Maria Isabel Cristina Martins
12 Boniolo - Suplente; Gerson Sobrinho Salvador de Oliveira – Suplente; Omar Braga
13 Mendonça – Suplente - **Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional:** Pedro
14 Claudio Bortz – Suplente; Maria Lúcia Zarvos Varellis – Titular; Suely Stringari de Souza
15 – Suplente - **Associação dos Profissionais de Saúde:** Luciana Soares de Barros – Titular;
16 Neide Aparecida Sales Biscuola – Titular - **IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS:**
17 **Centrais Sindicais:** Rosilânia Correia Lima – Titular; Lázaro Cesar da Silva – Titular;
18 Benedito Alves de Souza – Titular; **Setor Empresarial:** José Augusto Queiroz – Titular -
19 **Associações de Portadores de Patologia:** Sheila Ventura Pereira – Suplente -
20 **Associações de Portadores de Deficiência** – Maria Alessandra da Silva – Suplente -
21 **Movimentos Populares de Saúde:** Luiz José de Souza – Titular; Arnaldo Marcolino da
22 Silva – Suplente; Leonides Gregório da Silva – Titular; Glória de Almeida Saraiva
23 Massoni – Suplente; Idreno de Almeida – Titular; Rosane Victória da Silva – Suplente -
24 **Associação de defesa de Interesse da Mulher:** Maria José Majô Jandreice – Suplente -
25 **Associações de Moradores:** Expedito Pedro do Nascimento – Titular; João Cassiano de
26 Oliveira – Suplente - **Programa ou Movimento Religioso de Defesa da Saúde:** João
27 Inácio Mildner – **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** **I – PODER PÚBLICO: Secretaria de**
28 **Estado da Saúde:** Haino Burmester – Suplente - **Secretários Municipais de Saúde:** Célia
29 Cristina Pereira Bortoletto – Suplente - **Universidades do Estado de São Paulo:** Silke
30 Anna Theresa Weber – Suplente - **II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE**
31 **SAÚDE: Entidades Filantrópicas:** Meire Cristina Vieira Rosa Ghilarducci – Titular, Mara
32 Christiane de Vasconcelos Liberato – Suplente - **Entidades com Fins Lucrativos:**



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

5
6
7
8
33 Marcelo Luis Gratão – Titular; Carlos José Xavier Tomanini - Suplente – III –
34 **Representação dos Sindicatos de Trabalhadores na área da saúde:** Ana Lucia Firmino
35 - Titular; Ana Lúcia de Mattos Flores – Titular - **Conselhos de Fiscalização do Exercício**
36 **Profissional** – Ligia Rosa da Costa Pereira – Titular - **Associação dos Profissionais de**
37 **Saúde** – Marli Brasioli – Suplente; Laura Magrini Luiz Alonso – Suplente - **IV** –
38 **REPRESENTAÇÃO DOS USUARIOS – Centrais Sindicais:** Cleonice Caetano Souza –
39 Suplente; Oldimar Sergio Alves dos Santos – Suplente; Ismael Gianeri – Suplente -
40 **Setor Empresarial:** Joffre Setterval Moraes – Suplente – **Associação de Portadores de**
41 **Patologias:** Cláudio Toledo Soares Pereira – Titular; Alcides Barrichello – Titular; Luiz
42 Carlos Medeiros de Paula – Suplente - **Associações de Portadores de Deficiência:**
43 Claudia Sofia Indalecio Pereira – Titular - **Movimentos Populares de Saúde:** Douglas
44 Nogueira Alves – Titular - **Associação de Defesa de Interesse da Mulher:** Sarah
45 Munhoz - Titular – **Programa ou Movimento Religioso de Defesa da Saúde** – Maria
46 Cristina Silveira Prado Martins – Suplente - **AUSENTES: I – PODER PÚBLICO** –
47 **Secretários Municipais de Saúde:** Denilson Rodrigues da Silva – Titular; Roberta Ap.
48 Meneghetti Brandão – Suplente - **Universidades do Estado de São Paulo:** Gustavo
49 Pereira Fraga – Titular; Luis Augusto Passeri - Suplente **IV** – **REPRESENTAÇÃO DOS**
50 **USUÁRIOS: Movimentos Populares de Saúde:** Roberto Canavezzi – Suplente -
51 **Associação ou Movimentos Populares de Defesa do Consumidor:** Flávio José Dantas
52 de Oliveira – Titular; Carlos Botazzo – Suplente - **CONVIDADOS(AS):** Maria Isabel
53 Cardoso, Paulo Fernando da Silva; Odilio Alves de Lima, Maria Ermínia Ciliberti, Bruno
54 Vilanova, Maria Araci dos Santos, Vera Lucia S. da Silveira. A reunião se inicia com a
55 assistente técnica da Secretaria Executiva Cassia que saúda a todos e passa a palavra
56 para o Secretário de Saúde e Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Dr. David Uip,
57 que saúda a todos e parabeniza a nova composição da Mesa Diretora em seguida
58 informa aos presentes sobre a Reunião com os secretários municipais no dia
59 03/09/2015 às 10hs no Centro de Convenções Rebouças, com o tema da Dengue
60 estende o convite da reunião para os membros do Conselho Estadual . Em seguida
61 manifesta a preocupação da gestão para o ano de 2016, apesar do embate contra a
62 dengue em 2014 e durante este ano e pondera sobre a necessidade do
63 aprimoramento das políticas públicas de saúde e que enfrentamento da epidemia é
64 extremamente complexo. Durante a exposição ao Senhor Secretário são realizados

9
10
11
12



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

65 vários questionamentos como: o conselheiro Mauri questiona sobre o contrato
66 temporário dos agentes da dengue e sobre a possível prorrogação. O secretário Dr.
67 David informa sobre a prorrogação para 9 meses. Em seguida o conselheiro Stênio
68 saúda a nova mesa diretora e enfatiza o convite do senhor Secretário para a reunião
69 dos COSEMS no dia 03/09. O conselheiro Pe. João fala do combate a dengue que o
70 município de São Paulo e que envolveu os movimentos religiosos e sociais e sugeri a
71 mesma ação para o Estado, visto que, há uma grande penetração em todos os
72 segmentos da sociedade. Dr. David concorda e solicita que o padre João lidere o
73 movimento. Em seguida os conselheiros Luiz José e João Cassiano reforçam as falas
74 Padre João e do Secretário Estadual. O Pe. João, fala de envolver todos os movimentos
75 religiosos e não um ou outro específico. A conselheira Neide questiona quanto o
76 limites de tempo para conselheiros e a necessidade de inscrição. Dr. David, responde
77 que não tem limite e nem inscrição a reunião é aberta. Em seguida o conselheiro
78 Expedito parabeniza o Senhor Secretário na sua fala e destaca que a saúde tem que
79 ser em primeiro lugar na vida da pessoa. Em seguida Dr. David comenta sobre
80 assinatura do acordo BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento abrangeu 71
81 municípios com investimento 800 milhões de reais. O convênio compreende uma
82 série de ações que vai além de construção e reforma trata-se de um projeto de
83 integração de logística. O secretário exemplifica citando a construção de dois
84 hospitais : Vale do Ribeira com 30% das obras realizadas e outro em Caraguatatuba,
85 além disto serão reformados 6 (seis) Departamentos Regionais de Saúde.
86 Complementa com o anuncio de unidades básicas e com o projeto de capacitação,
87 formação e pós-graduação de profissionais nas áreas de saúde nesses 71 municípios.
88 Este projeto terá como um das propostas o aprimoramento da informação
89 proporcionando a conectividade entre a atenção básica (UBS), atenção secundária
90 (AMES) e atenção terciária (hospitais). As áreas a serem priorizadas nesse momento
91 serão: área metropolitana de Campinas, Vale do Paraíba, Avaré e Sorocaba. Relata
92 também quanto a parceria da USP no projeto de informação no Vale do Ribeira. Dr.
93 David informa que a previsão é de que projeto esteja implantado até 2017 e que o
94 cronograma depende da liberação do recurso e outro fator é o rigor do
95 monitoramento das ações pelo Banco Interamericano e termina o tema propondo que
96 o projeto seja apresentado neste Conselho. Os conselheiros José Carlos da UNESP de



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

13
14
15
16

97 Botucatu e João Cassiano parabenizam o Secretário pelo projeto e o conselheiro José
98 Carlos sugeri a disponibilização desse projeto para acompanhamento do Conselho
99 Estadual complementando a palavra, o conselheiro Luis José relembra da ação do BID
100 no Governo Franco Montoro com a construção de 13 hospitais. A conselheira Silvany
101 cumprimenta a Mesa diretora e destaca sobre o trabalho do BID quanto a
102 organização e gestão e que isto será extensivo ao Estado. O conselheiro João Cassiano
103 pede a palavra e defende a capacitação seja para os novos profissionais e os atuais
104 também e reforça sobre o atendimento as necessidade da população e exemplifica
105 com a experiência de Etapa Regional do Vale do Ribeira. O conselheiro Mauri tece
106 elogio sobre o aumento de equipamentos de saúde e aborda vários pontos em sua fala
107 como: modelo de gestão desses equipamentos; capacitação de funcionários e sobre a
108 questão do reajuste salarial. Dr. David retorna ao conselheiro ressaltando sobre a
109 manutenção da mesa de negociação e o conselheiro Mauri menciona sobre a ausência
110 da resposta, o que o secretário concorda e esclarece sobre a dificuldade econômica
111 que o Estado tem passado arrecadando 350 milhões a menos enquanto que a média
112 para Agosto, arrecadação será de 700 milhões a menos e reafirma quanto ao
113 comprometimentos os pontos levantados e encerra a temática assegurando que
114 enquanto for secretário todos os equipamentos seguirão os parâmetros de gestão da
115 OSS – Organização Social de Saúde. Em continuidade aponta 4 grandes problemas:
116 financiamento, que é indiscutível e não há gestor publico de saúde que não
117 compreenda a questão subfinanciamento. A qualidade da Gestão e de como investir o
118 dinheiro publico para o aprimoramento da gestão e o terceiro problema é o
119 desperdício e o roubo e manifesta a sua intolerância ante a questão e isto é
120 inadmissível na saúde e exemplifica citando a questão das órteses e próteses. O
121 quarto problema é a judicialização que está inviabilizando a saúde. Ela pode ser divida
122 em duas: a que todo o cidadão tem direito e a outra em que o Estado fica refém do
123 poder judiciário e exemplifica, o Estado é obrigado a comprar 69 tipos de fraldas
124 diferentes ou itens de uso pessoal ou mesmo sobre as doenças crônicas. Dr. David
125 coloca que o São Paulo foi judicializado em 30 milhões e solicita que a conselheira
126 Silvany sobre a questão da busca de recursos junto ao Ministério e que o teto
127 financeiro esta aquém da necessidade do Estado. O conselheiro Luiz José comenta
128 que o tema da judicialização foi discutido nas etapas regionais que precederam a 7ª



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

17
18
19
20

129 Conferencia Estadual e sugere que haja uma aprofundamento pelo Conselho Estadual
130 como contribuição com a questão. A conselheira Neide tece considerações sobre as
131 falas e afirma sobre a necessidade do plano de cargos e carreiras e comenta sobre a
132 não regulamentação do artigo 27, que trata da política de recursos humanos da Lei
133 8080 e comenta ainda sobre o trabalho integrado com o Ministério da Educação e
134 que a assistência qualificada um trabalhador qualificado e termina a manifestação
135 com a perspectiva de que a ação possa ser implementada com o BID e que não existe
136 sistema senão houver trabalhador. Pe. João relata sobre as várias entidades sejam elas
137 filantrópicas ou não que são beneméritas, como Amparo Maternal e Hospital de
138 Câncer de Barretos, que estão em crise e solicita a manifestação da gestão visto que
139 eles atendem a população mais carente da sociedade. Dr. David esclarece que o
140 Amparo Maternal está sob gestão municipal e em relação ao hospital do Câncer de
141 Barretos informa sobre a ação do serviço, que é referencia regional e até estadual e
142 que apesar do empreendedorismo do diretor geral Henrique Prata que continua
143 criando alas, no entanto é fundamental que se garanta o custeio do hospital. Informa
144 ainda que o tesouro estadual repassa 114 milhões para Barretos além do que arrecada
145 do SUS. Dr. Davi solicita o apoio do Conselho Estadual para o ressarcimento da
146 medicina suplementar e comenta que o Ministério da Saúde tem conseguido. O
147 conselheiro Leonides pede a palavra e comenta sobre a falta de informação do
148 judiciário sobre as ações da saúde e cita inúmeras situações da Baixada Santista e
149 comenta sobre a Santa Casa de Santos e a crise que está enfrentando e que alega não
150 poder mais atender ao SUS e ainda apresenta para o Pleno, a reportagem de uma
151 revista semanal sobre a Santa Casa de São Paulo e finaliza explanando sobre o fato de
152 ter tantos imóveis e sem recurso para a assistência. O Dr. David relata que o
153 investimento anual para as Santas Casas é de R\$ 800 milhões e explica que o que
154 aconteceu com a Santa de Santos é que ela foi considerada um hospital estruturante,
155 portanto o repasse é de 70% a mais da tabela SUS e pelo fato de não ter cumprido as
156 metas houve a perda de 30% dos recursos e complementa sobre o monitoramento e
157 auditoria dos indicadores e sobre a Santa Casa de São Paulo diz que é o único hospital
158 que não é subfinanciado e recebe repasses do Estado e do governo federal, cerca de
159 34 milhões/mês e pondera sobre a qualidade da gestão. A conselheira Silvano faz a
160 explanação conforme solicitado faz o esclarecimento enquanto ao teto financeiro do



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

21
22
23
24

161 Estado dos Municípios que é discutido na Bipartite e o grupo técnico avalia todos os
162 tetos financeiros como: os pleitos de novos recursos, pleitos de habilitação, pleitos de
163 aumento de teto necessário para os municípios. Ela explica que a metodologia de
164 calculo em que se compara a produção versos o atual limite do teto MAC (média e alta
165 complexidade), considerando diversas variáveis, visto que o Ministério da Saúde tem
166 dito e tem colocado e aprovou isso inclusive na Tripartite, que a ideia é sair da tabela
167 SUS é buscar novas formas de repasses. Em continuidade cita as redes temáticas que
168 foram priorizadas: a Rede Cegonha, a Rede de Urgência e Emergência, a Rede de
169 Atenção ao Deficiente e o MS tem criou incentivos como de qualificação de leitos,
170 por exemplo, o leito de uma UTI – Unidade de Terapia Intensiva na Rede Cegonha e
171 presta assistência dentro da lógica que os Gestores pactuarão. Assim, o recurso do
172 custo, hoje, em tabela é em torno de R\$ 470,00, a tipo 2 é R\$ 500,00 a tipo 3 é de R\$
173 800,00 e com R\$ 300,00 de incentivo usado como exemplo, porem alguns incentivos
174 que são chamados de qualificação de serviços e um outro criado pelo Ministério
175 passando a ser 50% em cima da produção de Média Complexidade, então é um
176 incentivo novo auxilia a sanear as dificuldades dos filantrópicos para obtenção de
177 assistência com qualidade. Ressalta sobre outro grupo de incentivos que é consenso
178 entre o Estado e o Ministério coloca como lógica de calculo que trata de incentivos de
179 financiamento global calculado pelo MS e exemplifica: ao implementar um CAPS no
180 município e uma UPA calcula-se o valor do custo e repassa-se o valor fixo mensal de
181 custeio, a ideia é que seja co-financiada pelos gestores. O Estado fez essa proposta e o
182 COSEMS concordou e foi encaminhado por meio da BIPARTITE todos os pleitos de
183 tetos com o demonstrativo. O Ministério até meados do ano passado concordava com
184 essa metodologia, mas a partir deste ano, as solicitações de pleitos de aumento de
185 teto retornaram com o não reconhecimento desse calculo , que demonstrava que o
186 Estado de São Paulo atingia só 83% do teto, isto levou o Estado e o município
187 solicitarem esclarecimento da União, que veio à São Paulo, a situação está sendo
188 analisada. Em relação à questão dos filantrópicos, o Ministério coloca que esse recurso
189 para retorno da produção, ocorre que o serviço utilizava recurso pra sanear o déficit
190 porque a tabela não cobra o que custa, a partir do momento, que os gestores do
191 Estado demonstram que este dinheiro tem o objetivo de cobrir o “estouro da
192 produção”, o recurso deixa de ser incentivo. Em continuidade, a conselheira Silvano



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

25
26
27
28

193 sentença sobre a ocorrência de problemas como o abordado, as “ Santa Casas”
194 alegaram a dificuldade ou a cessão do atendimento. O secretário da Dr. David se
195 despede e se retira da reunião, a Mesa Diretora assume o Pleno . A Assessora Técnica
196 Cássia realiza a leitura das faltas e justificativas dos conselheiros e procede a
197 aprovação da ata. O conselheiro João Cassiano solicita que a ata não seja sucinta,
198 assessora explica sobre a confecção deste documento e o propósito e caso seja
199 necessário o detalhamento, a ata poderá ser revista no canal CESSP ou mesmo em
200 tempo real e ainda solicitando a gravação do áudio. A Ata nº 243 aprovada com 17
201 votos e solicitado adequações no texto pelo conselheiro Gerson. O conselheiro Lázaro
202 continua a reunião presidindo o Pleno e segue a pauta: o 1º item da pauta- a
203 conselheira Neide apresenta o encaminhamento sobre as 44 vagas sejam distribuídas
204 entre entidades de base estadual representantes aqui, que sejam distribuídas em
205 plenárias específicas no mesmo dia e horário, a conselheira solicita a manifestação do
206 Pleno quanto ao proposto é aberta as inscrições. O conselheiro Maury solicita
207 esclarecimento quanto se o encaminhamento for aprovado a realização uma plenária
208 específica para discutir as 11 vagas do segmento trabalhador e há confirmação desta
209 encaminhamento e complementa o informe que o mesmo ocorrera com o segmento
210 usuário e com o segmento da gestão haverá a indicação pelo COSEMSSP e ESTADO. A
211 conselheira Neide aponta que necessariamente que estas vagas não seriam de
212 conselheiros estaduais e sim devem ser disputadas pelos segmentos considerando as
213 todas etapas (pré-conferências, conferências municipais, conferência estadual). Idreno
214 questiona as vagas seriam para os que não compareceram na etapa estadual, Neide
215 responde que o critério e ter ido a conferencia estadual conforme o regimento interno
216 da 7ª CESSP e os que não foram não podem ir a 7ª CESSP. O conselheiro Benedito
217 Alves ratifica a informação dada anteriormente que as vagas são para as cadeiras que
218 tem assento no Conselho Estadual. O conselheiro Expedito manifesta o interesse sobre
219 as 22 vagas para o segmento usuários. A conselheira Neide explica que as vagas sejam
220 divididas entre as entidades dos segmentos e o segundo momento é a definição sobre o
221 critério para o preenchimento das vagas. A conselheira Malu, questão de
222 esclarecimento, sobre o critério estabelecido e questiona quanto o proposta de
223 comparecimento das três etapas serão preenchidas as vagas remanescentes e se as
224 vagas podem ser preenchidas por conselheiros. O conselheiro Idreno coloca que temos



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

29
30
31
32

225 que discutir critério. A conselheira Neide pondera sobre o critério da indicação de
226 preenchimento da vaga quando este fosse discutido internamente na entidade, o
227 critério macro é esse. Padre João que seja dada dentro da representatividade no caso
228 dos movimentos receba a sua vaga e que pelo menos seja garantida 01 vaga , Neide
229 coloca que as vagas serão decididas no seu segmento, o Padre João coloca que se
230 houver as vagas pré-estabelecidas é processo transparente. A conselheira Neide
231 resume que a proposta do Pe. João é de inclusão de uma subdivisão do segmentos. O
232 conselheiro Luiz José comenta sobre a inclusão de uma conselheira estadual propõe
233 que não esteve na conferência por doença e solicita uma vaga e outra questão propõe
234 a proporcionalidade de vagas. A Neide coloca que autonomia dos segmentos são
235 soberanas e assim cada segmento defini em sua reunião. O que deve ser votado é o
236 critério de representatividade estadual está apropriado. A mesa propõe a votação e o
237 informe sobre inscrições na etapa nacional e aquisição de passagens. A conselheira
238 Luciana concorda com o encaminhamento da Neide e em relação à proposta do senhor
239 Luis e se houve a participação das etapas. Mauri solicita o encaminhamento da
240 votação da proposta. O conselheiro Expedito entende que o pleno tem que votar o que
241 foi apresentado. Conselheiro Omar a questão dos critérios tem que ser igual o que
242 define a conferencia estadual e em caso particulares não devemos, tem que participar
243 de todos os processos e cumprir religiosamente e tem que ter caráter geral e
244 qualidade do delegado. A proposta é que seja em 19/09. Lázaro pergunta se o pleno se
245 encontra esclarecido. Regime de votação para a proposta: **Realização de Plenária para**
246 **vagas não preenchidas e a elaboração de comunicado sobre a distribuição. Votação:**
247 **aprovado por 18 votos a favor.** Maria Alessandra faz a fala sobre a questão da
248 acessibilidade e fala sobre o tratado do qual o Brasil é signatário e que a pessoa com
249 deficiência não está representada. Em seguida Neide faz um encaminhamento: se há
250 uma contraproposta por parte de outro(a) conselheiro(a) de que se os conselheiro
251 uma contra proposta, nós avaliamos. Proposta que a Comissão de organização da 7ª
252 CESSPdo Pleno acompanhe e apóie como colaboradores com a mesa diretora e com a
253 inclusão da Neide Biscuola,o padre João procede a relatoria e traz para a discussão
254 sobre a legitimidade deste grupo e se o pleno referenda esse encaminhamento para os
255 trabalhos da 15ª CNS. O conselheiro Omar coloca sobre a importância da avaliação da
256 7ª CESSP referente o relatório, as propostas como também as estratégias e inclusive



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

33
34
35
36

257 sobre o Plano Estadual de Saúde. A conselheira Sheila lembra que o tema estava em
258 pauta e entende que no próximo pleno devemos incluir. O conselheiro João coloca
259 sobre a importância do balanço com o intuito de termos um melhor. Neide propõe um
260 pleno extra sobre a 7ª CESSP referente à discussão, gastos, relatoria entre outro
261 assuntos não podemos misturar. Maria Ermínia sobre o encaminhamento à Mesa
262 Diretora construir junto a questão da relatoria, que somente dois conselheiros
263 responderam e a importância de construção de um roteiro para que possamos
264 construir de forma coletiva. O plenário se sente esclarecido. **Regime de votação para a**
265 **seguinte proposta: Comissão de Organização da 7ª CESSP do Pleno acompanhe e**
266 **apoie como colaboradores juntamente com a Mesa Diretora e com a inclusão da**
267 **Neide Biscuola. Votação: aprovado por 18 votos, 0 contra e 0 abstenção.** Dá-se
268 prosseguimento ao terceiro item de pauta que trata da elaboração de Nota Técnica
269 referente à representatividade e legitimidade para escolhas dos conselheiros/vagas de
270 delegados ou outras indicações necessárias conforme proposto pela resolução nº 453
271 para que possamos trabalhar melhor com os segmentos de usuários, trabalhador e
272 gestor/prestador conforme a relatoria da conselheira Sheila. A proposta é de um
273 grupo de trabalho elaboração da Nota ficando proposto os seguintes nomes: Marcelo
274 Gratão, Pe. João Mildner, Neide e Maria Ermínia com a proposta de envio do
275 documento antes da realização da Plenária para os conselheiros estaduais. A
276 conselheira Alessandra debate a questão do ponto de vista legal lei e que o não
277 cumprimento da lei interpretado como falsidade ideológica e o conselheiro pode
278 responder civilmente. O seguinte ponto de pauta é a manutenção do seminário da
279 delegação paulista e a defesa sobre a importância do encontro dos delegados de todos
280 os seguimentos para que se possa afinar as questões e com proposta de que seja em
281 Novembro e de um dia inteiro. A relatora do item, a conselheira Neide, informou sobre
282 a possibilidade de realização um encontro da região Sudeste e sobre o tema do oitavo
283 eixo proposto para a 15ª CNS e que seja realizado em dois períodos do dia. O
284 conselheiro Mauri defende a importância do encontro e alerta para a co-
285 responsabilidade do planejamento e acompanhamento e a organização. Os
286 conselheiros Benedito Alves e José concordam com a questão e comentam sobre a
287 experiência do trabalho executado pelos membros da comissão por ocasião da 4ª
288 CESTT. Arnaldo coloca que isto estava no Regimento e que agora não é obrigatório e



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

37
38
39
40

289 que este era o propósito da caravana para perguntar sobre isso e que o processo
290 licitatório e feito em numero de pessoas e vem menos e outra questão é da articulação
291 entre os estados da região sudeste. O conselheiro João apoia a ideia do encontro para
292 o seminário e o senhor Expedito também concorda com este encaminhamento devido
293 a importância do papel do Conselheiro e o seminário é uma forma de conscientização
294 do delegado sobre este papel. A conselheira Luciana propõe a formulação de GT para
295 acompanhar o seminário mais a composição do grupo de trabalho: Luciana Barros,
296 Padre João, Benedito Alves de Souza e Maria Erminia Ciliberti. O conselheiro Arnaldo
297 reforça e coloca que isto estava no Regimento da 7ª CESSP e que agora não é
298 obrigatório e que o propósito da caravana pelo DRS seria também de averiguar a
299 participação de todos em função da logística e processos burocráticos necessários para
300 a realização. **Regime de votação da proposta: Saída de caravana para o DRS –**
301 **Departamentos Regionais que apresentarem problemas nas indicações dos**
302 **delegados para a etapa nacional conforme deliberado no pleno da reunião nº**
303 **243/2015.** Os conselheiros João Cassiano e Expedito apoiam a realização do seminário
304 reforçam a importância deste na atribuição do papel do Conselheiro, bem como a
305 conscientização enquanto membro da delegação paulista. A conselheira Luciana
306 propõe a composição do grupo de trabalho para proposta metodológica, organização e
307 acompanhamento da execução do seminário. Os nomes propostos: Luciana Barros,
308 Padre João, Benedito Alves de Souza e Maria Erminia Ciliberti. **Regime de votação da**
309 **proposta: Manutenção da realização do seminário para Delegação Paulista com**
310 **composição do grupo de trabalho, composição do grupo de trabalho para proposta**
311 **metodológica, organização e acompanhamento da execução do seminário: Luciana**
312 **Barros, Padre João, Benedito Alves de Souza e Maria Erminia Ciliberti. Votação: 19**
313 **votos a favor ; nenhum votos contra e nenhum voto de abstenção.** Outro item de
314 pauta trata-se da homologação da indicação das 21 propostas priorizadas pelos
315 conselheiros estaduais indicadas para inclusão no Plano Estadual de Saúde que
316 estiveram na Oficina de Planejamento realizado no município de Águas de Lindóia em
317 05 e 06 de agosto de 2015. Oficina com membros das Coordenações, Fundações e
318 Autarquias da Secretaria Estadual de Saúde e Instituto de Saúde pelos 26 membros
319 do Conselho Estadual de Saúde. A conselheira Luciana relata o processo de trabalho
320 realizado nesta oficina, destaca que o objetivo é que o Conselho Estadual referende as



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

41
42
43
44

321 propostas visto, que o Pleno não esteve representado na sua totalidade. Os
322 conselheiros Pe. João e Neide debatem sobre o esforço dos que representarem o
323 Pleno e de que todos foram comunicados sobre o evento regimentalmente e que
324 deve-se proceder a votação e que o produto deste trabalho devem ser apresentado as
325 bases para apreciação e análise. Regime de votação da proposta: Homologação da
326 indicação das 21 propostas priorizadas pelo Conselho Estadual e indicadas para
327 inclusão no Plano Estadual de Saúde. Processo de votação: aprovado por 16 votos a
328 favor e 02 voto de abstenção com a justificativa . A conselheira Silvany justifica seu
329 voto considerando que como coordenadora da área de planejamento de Secretaria de
330 Estadual e responsável pela consolidação. Em que pese, as boas discussões e os
331 processos de trabalho e comenta que muitas das questões abordadas, não poderão
332 ser contempladas no Plano Estadual por não se tratarem da política estadual de saúde
333 e algumas poucas questões que do ponto de vista técnico não serão atendidas por não
334 irem ao encontro ao Plano Estadual de Saúde. A conselheira Maria Alessandra se
335 abstém pois tem varias propostas que não tem amparo técnico legal ou conflita com a
336 lei. Quadro atualizado das comissões do CESSP por Cássia e relembra a todos sobre os
337 fluxos propostos regimentalmente. O conselheiro João Cassiano comenta sobre o
338 andamento das Comissão de Comunicação e sobre a ida enquanto representante do
339 CESSP na Comissão de Ética na UNIP. Em seguida é apresentado o Cronograma do
340 segundo semestre e datas são apresentadas pela secretaria executiva e com a
341 proposta do Pleno extra e esta é a proposta de homologação que seja no dia
342 11/12/2015. Em seguida, Cássia faz a proposta da leitura das homologações ao Pleno
343 e os conselheiros que participaram das atividades realizaram as sua ponderações a
344 serem apreciadas. **É proposto a votação em bloco das seguintes proposituras:**
345 **Aprovação Ad Referendum da ida da Conselheira Ana Lucia de Mattos Flores para**
346 **participar da reunião do COMUS do município de Marília, em 21/08/2015;**
347 **Aprovação Ad Referendum da participação da Conselheira Sheila Ventura na reunião**
348 **da comissão de Contratos de Gestão em Organização Social em 26/08/2015;**
349 **Aprovação de convite para participação do conselheiro Arnaldo Marcolino em**
350 **reuniões a serem agendadas com os COMUS dos municípios de Alambari e Várzea**
351 **Paulista Votação: aprovação em bloco de 18 votos a favor.** O outro item a seguir, a
352 indicação de dois conselheiros representando do Conselho Estadual de Saúde para



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

45
46
47
48

353 participarem da CIB – Comissão Intergestora Bipartite, como convidados. A conselheira
354 Rosane Victoria manifesta a intenção de continuar na representação. O conselheiro
355 Omar indica a conselheira Neide para ocupar uma das vagas. A conselheira Rosane
356 abra mão para a indicação do conselheiro Leonides Gregório. O Pleno indica Rosane
357 como suplente. **A proposta em regime de votação: Indicação dos conselheiros Neide**
358 **Biscuola e Leonides Gregório como titulares e os conselheiros Rosane Victoria e**
359 **Omar Braga Mendonça como suplentes. Votação: aprovação de 18 votos a favor.** O
360 ultimo item da pauta é a indicação de dois conselheiros representantes do Conselho
361 Estadual na Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão com
362 Organizações Sociais de Saúde, o pleno discute sobre os possíveis indicados, a
363 **proposta de indicados postos em regime de votação são os seguintes: Mauri Bezerra**
364 **do segmento trabalhador e Gloria Massoni do segmento usuário como titulares e**
365 **Omar Braga como suplente, do segmento trabalhador. Votação: aprovação de 17**
366 **votos a favor.**

367 Ata lavrada por Cássia Marinho Tubone e Solange Aparecida de Camargo Gomes.

368